
POLÍTICA PÚBLICA DE IRRIGAÇÃO PARA QUEM? desafios e avanços para os pequenos produtores comerciantes no perímetro irrigado de Chokwé – Moçambique

IRRIGATION PUBLIC POLICY FOR WHOM? challenges and advances for small farmers traders in the Chokwé irrigated perimeter - Mozambique

Boaventura Almeida Mubai

Doutorando em Geografia UFPE – Recife/PR
b.m.mubai@gmail.com

Edvânia Tôrres Aguiar Gomes

Profa. Dra Departamento de Geografia UFPE - Recife/PE
edvania.gomes@ufpe.br

Gustavo Sobrinho Dgedge

Prof. Dr. Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente FCTA – Maputo/MP
gudgedge@gmail.com

Resumo

Neste artigo objetiva-se realçar os direcionamentos, desafios e perspectivas decorrentes da política pública de irrigação para o espaço agrário do perímetro irrigado de Chokwé – Moçambique. Parte-se de algumas hipóteses, destacando-se i) processos de desterritorialização dos pequenos produtores e consequente substituição por médios e grandes produtores capazes de arcar com os investimentos demandados por essas políticas; ii) despossessão e expropriação de territórios e aumento da marginalização da mão-de-obra nos perímetros; e, iii) precarização do trabalho com a transformação de pequenos produtores em trabalhadores informais, sazonais e espoliados em sua força de trabalho e conhecimento sobre aqueles espaços. A realização deste estudo foi possível através de: i) levantamento bibliográfico e de documentos oficiais que deram subsídios para uma primeira reflexão sobre a trajetória das políticas de irrigação; ii) observação de campo e respectivos registros, inclusive iconográfico, atualizando informações secundárias revisadas e na escala adequada; e, iii) questionários semiestruturados, buscando combinar dados de cunho quali-quantitativo que ilustram a dinâmica das ações da política de irrigação na área de estudo. Os resultados mostram discrepâncias entre o socialmente anunciado como benefícios para os historicamente assentados naquele território. Efetivamente se registam agravamentos de crise de sobrevivência para os pequenos produtores sem condições materiais de acesso aos “supostos benefícios”, são despossessionados e ou instados a marginalização no processo de produção e reprodução da vida através da precarização da sua sobrevivência como “operários invisíveis” de sistemas agroindustriais, nas melhores das hipóteses.

Palavras-chave: Políticas públicas, Irrigação, Perímetros irrigados, Gestão hídrica.

Abstract

This article aims to highlight the directions, challenges and perspectives arising from the public irrigation policy for the agrarian space of the irrigated perimeter of Chókwe – Mozambique. We start with some hypotheses, highlighting i), processes of deterritorialization of small producers and consequent replacement by medium and large producers, capable of bearing the investments demanded by these policies; ii). Dispossession and expropriation of territories and increased marginalization of labor in the perimeters; and, iii) precariousness of work with the transformation of small producers into informal, seasonal and dispossessed workers in their workforce and knowledge of those spaces. This study was possible through: i), bibliographical survey and official documents that gave subsidies for a first reflection on the trajectory of irrigation policies; ii). Application of field observation techniques and respective records, including iconographic ones, updating revised secondary information on the appropriate scale; and, iii), application of semi-structured questionnaires, seeking to combine qualitative and quantitative data that illustrate the dynamics of irrigation policy actions in the study area. The results show discrepancies between what is socially advertised as benefits for those who have been historically settled in that territory. There is a worsening of the survival crisis for small producers without material conditions to access the "supposed benefits", they are dispossessed and or urged to marginalize in the production and reproduction process of life through the precariousness of their survival as "invisible workers" of agro-industrial systems.

Keywords: Public policy, Irrigation, Irrigated perimeters, Water Management.

Introdução

A luta pela redução dos níveis de pobreza e consequente garantia da soberania alimentar e nutricional dos povos, especialmente em regiões onde há ocorrência de secas ou a distribuição anual de chuvas é irregular, é ainda nos dias de hoje um grande desafio. Diante desse emblemático cenário, há concordância de que a intervenção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das práticas da agricultura irrigada tem vindo a se mostrar como uma importante alternativa, se não a melhor para a convivência e promoção do desenvolvimento dessas regiões, onde sem elas, a agricultura de base familiar em particular, seria inviável ou mesmo invisível.

A partir do exposto, este artigo busca pontuar algumas dessas ações da Política de Irrigação, colocadas em prática no espaço agrícola do Distrito de Chókwe, realçando estratégias, desafios, avanços e implicações sociais e económicas e os processos associados à lógica produtiva dos produtores assentados historicamente e introdução de novos padrões de produtores (Grandes, médios e pequenos agricultores familiares) no perímetro irrigado. A justificativa temática se respalda no fato da agricultura ser a base

da economia de Moçambique, não obstante outras fontes de riqueza e produção. Particularmente a escolha desse território Chókwé representa um recorte importante da agricultura por irrigação na zona sul do País, frente às suas características de semiaridez e peculiaridade climática.

Esses aspectos são ratificados por TIA (2018), ao afirmar que do total da área agrícola atualmente cultivada no País, 97% é explorada pelo setor familiar em pequenas explorações - o setor que mais se encontra desprovido dos meios de produção, quando comparado aos outros segmentos sociais de agricultores. Fato que sem sombra de dúvidas sublima a necessidade de se pensar em políticas de irrigação que se vinculem e fortaleçam a agricultura do setor familiar.

Portanto, acreditamos que o perímetro irrigado localizado na região semiárida de Chókwé, é um território emblemático para analisar as relações das políticas de irrigação junto aos sujeitos produtores presentes naquela região, entendendo que, para além dos problemas que doravante serão elencados, representa por um lado, um lugar histórico e de luta pela terra por parte dos pequenos produtores comerciantes que a décadas assumem importante tarefa de abastecerem os mercados internos da região Sul do País, principalmente com legumes. Dessa forma, assumimos que mecanismos para a sua manutenção e (re) existência são pontuais e importantes.

Por outro lado, é uma região que é severamente assolada por eventos extremos, quais são: Secas prolongadas e inundações frequentes. As últimas inundações que degradaram todo o sistema de irrigação ocorreram nos anos 2000 e 2013. Este fato reafirma e realça cada vez mais a importância da intervenção das políticas para a convivência com estes problemas.

Política pública de Irrigação, percurso e ações em Moçambique

Relativamente às práticas de irrigação, a história das sociedades antigas, revela-nos em nível mundial que os primeiros sinais e experiências visíveis de manejo da água particularmente para irrigação, se deram no tempo dos primeiros vilarejos Cidade-Estado e dos primeiros Faraós, onde com o represamento da água cercada por diques, a rega era realizada manualmente com recursos a baldes de terracota e em proximidades de grandes rios como o rio Nilo no Egito, por volta de 6000 A.C, rio Tigre e Eufrates,

na Mesopotâmia, por volta de 400 A.C e Rio Amarelo na China, por volta de 300 A.C (MAZOYER ROUDART, 2009).

Segundo os mesmos autores, mais tarde, precisamente a partir dos séculos XV, com o apoio das iniciativas privadas, os cultivos irrigados puderam ganhar terreno e se desenvolveram graças à conquista de máquinas manuais de bombeamento e elevação de águas muito mais eficientes, com a utilização crescente da tração animal, dos moinhos de vento e dos moinhos de água para acionar estas máquinas.

Contudo, estas primeiras iniciativas deram um impulso maior para o reconhecimento da importância dos cultivos irrigados por parte dos governantes, que, posteriormente começaram a beneficiar-se também do planejamento hidráulico público, através de ordenamento de perímetros irrigáveis (MAZOYER ROUDART, 2009). São exemplos de alguns destes planejamentos: O Israel com seu solo pedregoso, ausência severa de chuvas e um único rio perene, o Jordão, com a política hídrica que permeou a construção do aqueduto do lago Tiberíades, hoje não só abastece a água para usos diversos, como também consegue produzir e exportar cereais, frutas e laticínios para diversos Países. Igualmente, o desenvolvimento do extremo Oeste Americano, também foi graças à política pública de gestão hídrica do governo que proporcionou a construção de infraestruturas de armazenamento e abastecimento de água para irrigação através dos atos *Desert Land Act em 1877 e do Carey Act em 1894*.

Hoje as políticas públicas de gestão hídrica e irrigação, têm-se configurado a nível mundial como um fator indutor de mudanças sociocultural e económica da maioria dos povos que dependem da agricultura para se reproduzirem. Alias, é pontual evidenciar que atualmente, o planeta conta com cerca de 220 milhões de hectares de terras irrigadas, representando menos de 5% das áreas disponíveis para a agricultura, mesmo com isso, alimentam mais da metade da população que vive sobre a Terra (FAO, 2001). Como se pode notar, esta desproporção não só é uma prova das vantagens de cultura irrigada sobre a lavoura de sequeiro, mas também é um desafio para que os governantes criem políticas públicas direcionadas e efetivas na redução da pobreza e na manutenção da autonomia de diferentes segmentos sociais de agricultores.

Ademais, visto pelo lado das metas globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pode se notar que os benefícios resultantes da investidura dessas políticas, são ainda alargados, pois, para além de contribuírem para a conservação e

sustentabilidade da própria água, com ações dessas políticas, mais metas serão alcançados, como a promoção do trabalho decente e crescimento econômico e alcançar a segurança alimentar e melhoraria da nutrição e promover a agricultura sustentável, que são respectivamente as metas 8 e 2 dos ODS.

Em geral, as políticas públicas para irrigação em Moçambique, ganharam os seus primeiros passos a partir da década de 50, com a implantação de grandes projetos agroindustriais pelo governo colonial português, como a construção do maior perímetro irrigado do País – no Vale do rio Limpopo em Chokwé, cujo objetivo era aliviar a difícil situação do campesinato português, salvar e assegurar o enraizamento das famílias brancas (os colonatos¹) nessas áreas como forma delas apoiarem o governo português em caso de eventuais manifestações independentista (ABRAHAMSSON, 1994; COVANE, 2001; 1994; MATINE, 2015).

Após a independência nacional em 1975, o governo Moçambicano optou por uma política de modernização agrícola, onde moveu várias ações que visaram para além da reabilitação das infraestruturas de irrigação implantadas pelo governo colonial português que já se encontravam num estágio avançado de degradação, a expansão de novos projetos de irrigação em quase todas as províncias² de Moçambique. Como resultado dessas ações, atualmente o País conta com um total de 486 infraestruturas de irrigação distribuídos em uma área de 181 mil hectares, sendo que nessas áreas, apenas 90 mil hectares se encontram em funcionamento (PNI, 2017). Apesar disso, este rápido planejamento não deixava de ser ainda uma ponta aguda em relação às reais necessidades de País e um desafio maior para as políticas públicas, para através dos seus programas e estratégias, articulado com outros atores sociais, fazerem face às secas prolongadas, pois, 97,8% do total da área (3 milhões de hectares), potencialmente irrigável se encontra desprovida de sistemas de infraestrutura de irrigação.

¹ Colonatos Essas famílias brancas que ocuparam as regiões nobres (vale dos principais rios e em redores dos maiores centros urbanos) para o desenvolvimento da agricultura, eram oriundos principalmente das regiões e do campesinato mais pobre de Portugal Continental e das Ilhas a quem lhes era dado apoio para as viagens, condições de alojamento em Moçambique e crédito para o primeiro ano da atividade agrícola (Lopes, 1968).

² Em termos administrativos, o território moçambicano subdivide-se em Províncias, Distritos, cidades, vilas, postos administrativos, localidades e povoações ou aldeias e as zonas urbanas são estruturadas em cidades e vilas. Assim, a *Província* é a maior unidade territorial da organização política, económica e social da Administração local do Estado. As Províncias são constituídas por distritos, postos administrativos e localidades. Já o *Distrito* é a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique. O Distrito é composto por postos administrativos e localidades (MOÇAMBIQUE, 2003).

Outro fato não menos relevante, é que tanto as políticas de irrigação implantadas pelo governo colonial português, como as que se seguiram no imediato pós-independência, secundarizaram ou mesmo marginalizaram em particular a agricultura do sector familiar em detrimento da agricultura dos outros segmentos sociais (MOSCA, 1996). No caso específico do Distrito de Chókwé – recorte espacial deste desdobramento ocorreu que, na implantação do primeiro projeto de irrigação, várias famílias negras de camponeses foram expropriadas das suas terras e forçadas a reassentarem-se em terras improdutivas e as que foram integradas nos projetos de irrigação, como nos sugerem Matine (2015) e Abrahamsson (1994), eram criteriosamente selecionados entre as classes dominantes das sociedades locais e entre os moçambicanos “assimilados”, isto é, os que sabiam falar português, que tinham algum grau de escolarização, os que, em resumo, tinham assumido alguns aspetos e/ou traços culturais do colonizador.

Do mesmo modo, a tonalidade de modernização da agricultura que vigorou no imediato pós-independência, se procedeu de tal forma que o meio rural, particularmente em áreas de infraestruturas de irrigação, foi transformado em empresas agrícolas estatais de produção de diferentes monoculturas e em cooperativas agrícolas. Isso resultou na perpetuação da marginalização e precarização do segmento de pequenos agricultores familiares principalmente nas áreas estratégicas de produção, pois, com a independência, estes camponeses, esperavam recuperar ou possuir maior acesso às melhores terras então ocupadas por agricultores estrangeiros e foram impedidos de fazê-lo, para além de terem sido desprovidos dos recursos para a produção (MOSCA, 1996).

Diante destas narrativas, é possível afirmar que as políticas públicas adoptadas pelo Moçambique pós-independente para reestruturar a exploração da terra e promover o desenvolvimento do meio rural, no lugar de beneficiarem a maior parte da população que no passado foi forçada a ocupar terras improdutivas ou transformada em mão-de-obra rural, reproduziram o cenário colonial. Através das empresas agrícolas estatais, os governos passaram a controlar maiores e melhores terras, enquanto paulatinamente a população se empobrecia e transformava-se em camponeses tecnicamente moveis, ou seja, os camponeses foram forçados a combinarem a agricultura com as demais atividades remuneráveis (ABRAHAMSSON, 1994; MOSCA, 1993; COVANE, 2001; MATINE, 2015).

Pode então se notar que esses grupos sociais sofriam aos olhos e a mando do governo, então independente, através de dois processos, quais são, a desapropriação e desterritorialização. O primeiro ocorreu porque uma parte desses sujeitos de camponeses lhes foi retirada e obrigada a abandonar as suas terras e não lhes foi atribuída nenhuma outra parcela de terra, o que significa que foi excluído dos processos produtivos, ou seja, do seu relacionamento com a terra enquanto agricultores. Já o segundo se materializa porque, apesar de outra parte desse seguimento de produtores, ter permanecido (re) territorializado em sentido material, funcional, já que foram reassentados em novas terras e improdutivas, estes, permaneceram desterritorializados em sentido simbólico, espiritual, pois perderam terras e benfeitorias de seus ascendentes, locais ricos em culturas, signos e símbolos passados de geração em geração (SAQUET, 2006).

Cumpra observar que Moçambique pós-independente, experimentou uma economia socialista na qual estiveram assentes todas as bases ideológicas que permearam a marginalização dos pequenos agricultores familiares. A visão de socialização do meio rural postulada neste regime econômico que era por sinal radicalista, fundamentou-se na ideia de que o apoio à produção agrária de pequena escala, iria fomentar o desenvolvimento da produção individual, cujos “camponeses” se poderiam transformar em capitalistas, e por isso, julgou se a possibilidade de transforma-los em operários agrícolas e em cooperativas com base na propriedade coletiva da terra e dos principais meios de produção – Empresas Estatais e cooperativas (MOSCA, 1993). Para consubstanciar esta medida de política, o mesmo autor, no seu trabalho intitulado “a evolução da agricultura Moçambicana no período pós-independência”, destaca:

[...] “A política governamental em relação à pequena produção familiar após a independência em 1975, foi a de não possuir uma política explícita. Os pequenos agricultores eram considerados como uma forma de produção residual que deveriam ser transformados, seja pela via da proletarização no processo de industrialização e nas empresas públicas agrícolas, seja pela cooperativização da produção. Enquanto este processo não se verificasse, a importância dos camponeses de uma determinada zona era atribuída em função dos excedentes produtivos que produziam. A extração dos excedentes a preços baixos foi uma das principais preocupações do governo” [...] (MOSCA, 1996. 28 p).

É com esta medida de modernização do meio rural, cujos recursos para tal efeito eram concentrados, que a figura do camponês e/ou pequeno produtor foi relegada, ou

seja, era despossessionada e ou instada à marginalização no processo de produção o que lhe obrigava a transformar-se em operário invisível nos sistemas agroindustriais.

Contudo, em 1983, uma nova medida de política pública foi iniciada, reconhecendo a importância do setor agrícola familiar. Por um lado, observando o Artigo 1 da Lei de Terras 19/79³ de 01 de Outubro, a qual advoga que a terra é propriedade do Estado, por isso não pode “ser vendida ou por qualquer forma alienada, nem arrendada, hipotecada ou penhorada”, sendo que para o seu uso seja necessário a atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), houve a (re) distribuição das terras irrigadas outrora apropriadas pelo Estado através de empresas estatais agrícolas e cooperativas para o seu uso e aproveitamento, na qual, o grosso dos agricultores familiares anteriormente marginalizados foi contemplado para além do setor privado (HERMELE, 1986; MOSCA, 1998; VALÁ, 2003). Por outro lado, com a presença e apoio da Food and Agriculture Organization (FAO), grandes investimentos foram mobilizados para a reabilitação e melhoramento de infraestruturas de irrigação e drenagem, incluindo o alargamento das áreas de irrigação que contemplariam o setor familiar (FAO, 2004).

Ainda assim, tais esforços de uma medida de política de irrigação que contemplasse o segmento dos pequenos agricultores, em tão pouco tempo saldaram-se em fracasso. Os motivos para este fracasso se atribuem, para além da guerra⁴ civil que já se fazia sentir no meio rural e que mais tarde contribuiu para o abandono e degradação das infraestruturas de irrigação, tratou-se na nossa singela análise, de uma medida de política de irrigação formulada de fora para dentro (*Top-down*), desarticulada à realidade dos pequenos agricultores moçambicanos. Os novos proprietários das terras irrigadas (re) distribuídas, eram inexperientes nestes sistemas de cultivos, por isso contribuíram para as ineficiências, os fundos públicos foram gradualmente reduzidos

³ Em Moçambique a terra conforme a constituição da república de 1979 é propriedade do Estado e não pode “ser vendida ou por qualquer forma alienada, nem arrendada, hipotecada ou penhorada, sendo que para o seu uso seja necessário a atribuição do DUAT (Artigo 1, Lei de Terras 19/79 de 01 de outubro). Apesar disso, os pequenos agricultores não são obrigados a ter o DUAT, desde que a terra seja ocupada com base em sistemas de direitos costumeiros de posse da terra. A Lei de Terras atribui poderes às comunidades e autoridades locais para participarem na delimitação das suas áreas de exploração e o reconhecimento oficial destas.

⁴ Logo no imediato à independência em 1975, Moçambique passou por uma Guerra civil violenta que perdurou 16 anos. Devido a ela, os espaços agrários moçambicanos foram desestabilizados e deixaram de exercer integralmente as suas funções de produção agrícola, pois, muitos habitantes deixaram as suas regiões para se refugiarem nas cidades devido a intensificação do conflito, resultando na redução da produção agrícola.

para irrigação, a própria política de irrigação não foi acompanhada por outras medidas e/ou políticas para assegurar a manutenção e melhoramento dos esquemas de irrigação, tais como crédito rural, assistência técnica pública como também opções tecnológicas sustentáveis e dominadas pelos pequenos produtores (FAO, 2004; MOSCA, 2017).

Na verdade, para que tais políticas de irrigação no semiárido de Chokwé tivessem obtido um impacto durável e assim impedirem o bloqueio do desenvolvimento do segmento de agricultores familiares, era necessário que fossem específicas e/ou favoráveis às suas condições. Em torno disso, Mazoyer et Roudart (2009), seguem consubstanciando na visão de que as políticas de ordenamento de infraestruturas de irrigação e drenagem elaboradas e gerenciadas em acordo com a população beneficiária, associadas por uma política de crédito ampliada e barato, que permita aos produtores irrigantes mais desprovidos, estocar e vender suas colheitas em tempo hábil, comprar os insumos necessários, como também se equipar progressivamente, podem permitir que este segmento social, não só consiga se manter e se adaptar, como também (re) resistir aos dinamismos engendrados pela expansão do capital no meio rural.

Contraditoriamente, a profusão de normativas como aquelas desenvolvidas na década de 1990, compreendendo políticas públicas, programas, instituições e estratégias inclusivas de gestão dos recursos hídricos para a irrigação que atualmente configuram o espaço agrário Moçambicano nas áreas de irrigação, não resultaram em impactos sociais transformadores como os seus conteúdos anunciaram.

Neste período a Política de Irrigação em Moçambique, é submetida a um movimento de redirecionamento, onde os discursos como os diversos instrumentos e estratégias de sistematização da própria política de irrigação foram formulados, integrados aos propósitos também de favorecimento do segmento social de agricultores de base familiar, haja vista que no plano prático, tais discursos e instrumentos tenham e continuem estimulando de forma abrangente a modernização da agricultura, minimização das desigualdades e a devolução da autonomia agrícola dos pequenos agricultores.

Esse movimento de institucionalização de políticas de águas, que marcou a última década do século XX e se converteu em uma exigência dos bancos e agências internacionais em todo o mundo, também repercutiu na África e particularmente em Moçambique. Dessa forma, através da Lei nº16/91 de 03 de Agosto, foi aprovada a Lei de Água e na sequência foi criada a Política Nacional de Águas (PNA) em Agosto de

1995, de onde deriva o programa de Irrigação e as de outros setores usuários da água, como também os programas e suas respectivas Estratégias Nacionais de Gestão de Recursos Hídricos para a irrigação. Igualmente sob a égide da Lei de água de 1991, foram criadas várias instituições para a implementação das políticas da água e outros aspetos relevantes para a gestão, sendo que as mais importantes são nomeadamente: o Conselho Nacional de Águas (CNA) que é um órgão consultivo do Conselho de Ministros e as Administrações Regionais de Águas do SUL (ARA-S), este último tem a função de promover a gestão operacional e desenvolvimento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em nível regional e local (ENGRH, 2007).

Neste mesmo ano, constam na resolução nº 11/95, de 31 de outubro, as diretrizes da atual Política agrária vigente no País e suas respectivas Estratégias de Implementação, que tem como uma das premissas contribuir na transformação da agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções de produção, distribuição e processamento.

No referente aos seus teores, a Estratégia Nacional de Irrigação (ENI) e os seus programas, particularmente no aspeto referente ao desenvolvimento de infraestruturas, gestão e aproveitamento dos perímetros irrigados que é o principal foco deste estudo, traça como principal objetivo ampliar a base de desenvolvimento económico, criando riqueza e melhores condições de vida, dando especial atenção ao seguimento dos pequenos agricultores familiares, obedecendo alguns dos seguintes princípios e ações básicas:

(i) Assegurar a reabilitação e construção de infraestruturas hidráulicas de modo a garantir a expansão de áreas irrigadas, sua gestão, aproveitamento e sustentabilidade, (ii) Mobilizar e direcionar recursos financeiros para a promoção e fomento de pequenos e médios regadios com o apoio de instituições públicas e não públicas; (iii) Promover a formação e o desenvolvimento de organizações de regantes para garantir a boa operação e o maior rendimento possível dos esquemas de rega; (iv) Melhorar a sustentabilidade e minimizar os impactos ambientais usando a água com mais eficiência nos perímetros irrigados e melhorando as capacidades dos utilizadores para operar e gerir os sistemas de irrigação; (v) As tarifas de água bruta para irrigação obedecerão aos princípios gerais da política tarifária da água e deverão, no mínimo, cobrir a parte respectiva dos custos de operação, manutenção e gestão das infraestruturas (barragens, diques de defesa) e das

instituições de gestão da água. Deverão ser aplicados critérios diferenciados, de acordo com as respectivas escalas e segmentos sociais.

Procedimentos Metodológicos

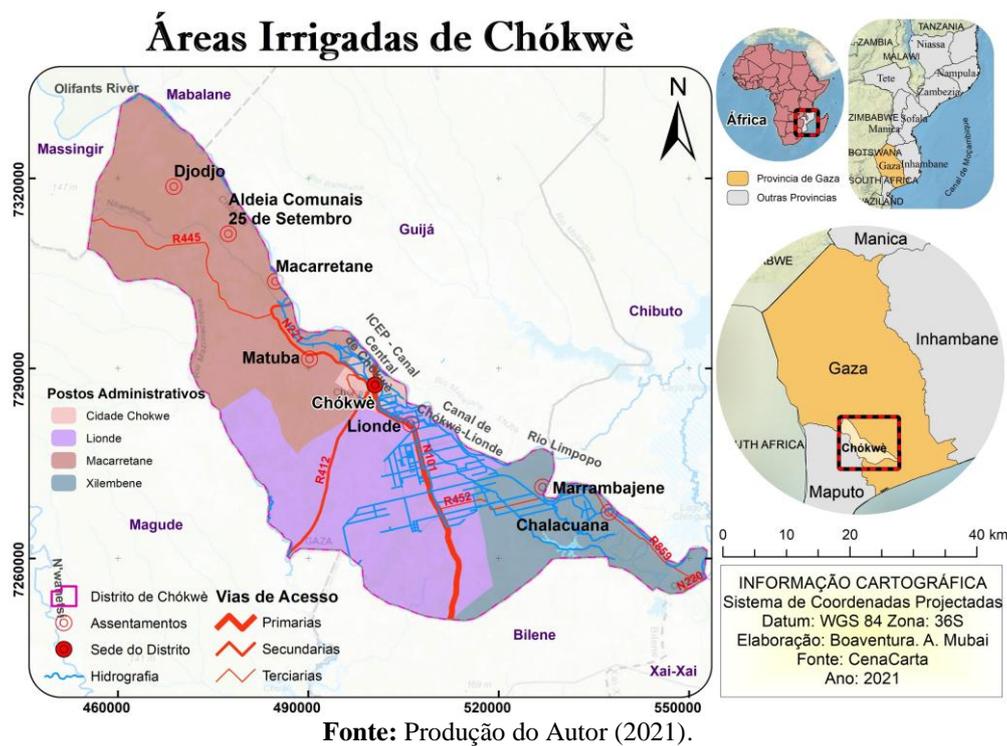
Nesta pesquisa foram privilegiadas abordagens qualitativas e quantitativas como procedimentos metodológicos. Pela natureza desta pesquisa, acreditamos existir um ganho maior em harmonizar estas duas perspectivas metodológicas de procedimento e assim evitamos correr o risco grosseiro de simpatizar rigidamente com um ou outro modelo, como pontuou Coutinho (2006) *“no campo da investigação, o debate deve privilegiar as possibilidades de coexistência e complementaridade dos dois paradigmas rivais que não podem anular-se, em detrimento de sua dicotomização”* ou então, emprestando as interessantes palavras de Lakatos et Marconi (2010), citado em Coutinho, 2006), os paradigmas nem sempre andam a competir entre si, os antigos não morrem e nem os novos são os melhores, mas sim, completam-se.

Para além da revisão bibliográfica e documental que deram subsídios para uma primeira reflexão sobre a trajetória das políticas de irrigação no País, o estudo, apoiou-se na aplicação de técnicas de observação direta no campo e de questionários semiestruturados em forma de entrevistas aplicados diretamente para a categoria escolhida para o estudo – os pequenos produtores comerciantes presentes no perímetro irrigado.

O universo de investigação correspondeu a uma amostragem selecionada aleatoriamente compreendendo a 98 produtores de base familiar, de ambos os sexos. É importante frisar que também foram realizadas conversas informais com o segmento dos médios e grandes produtores, cujo objetivo era observar e consubstanciar os depoimentos dos pequenos produtores. Os dados levantados consideraram averiguar para além da inclusão nas áreas de irrigação como o acesso dos próprios meios de irrigação, as condições de infraestruturas de irrigação, o acesso aos outros suportes previstos na própria política e estratégias de irrigação como o crédito rural, a assistência técnica e as estratégias de (re) existências frente aos diferentes dinamismos presentes no perímetro irrigado de Chokwé.

A pesquisa de campo incluindo a aplicação dos questionários, foi realizada entre os meses de Agosto e Setembro de 2020 em sete (07) localidades⁵ (Matuba, Macarretane, Djodjo, Marrambajane, Chalacuana, Kotamo-Lionde e aldeias comunais de 25 de Setembro) que ao todo, compreendem o recorte espacial de investigação – as áreas irrigadas do Distrito de Chokwé conforme indicado no Mapa 1. O Distrito de Chokwé, com um total de 240.244 habitantes segundo os dados do último censo populacional (INE, 2019) e uma economia assentada na agricultura de irrigação, é uma região semiárida, mas, mesmos assim, com excelentes condições para a prática de agricultura. Situado na região Sul de Moçambique, concretamente a Sudoeste da Província de Gaza, possui 40% do total das áreas equipadas para irrigação em todo País. A escolha das sete localidades justificou-se por estas compreenderem algumas das áreas planificadas e que se beneficiam dos sistemas de irrigação.

Mapa 1: Recorte espacial de investigação: Localidades pertencentes ao perímetro irrigado de Chokwé



⁵ Conforme a divisão administrativa do país, a Localidade é a unidade territorial base da organização da administração local do Estado. A localidade compreende aldeias e outros aglomerados populacionais inseridos no seu território. Neste caso, a localidade é unidade imediatamente inferior ao posto administrativo, este, por sua vez também concebido como a unidade territorial imediatamente inferior ao Distrito, tendo em vista garantir a aproximação efetiva dos serviços da administração local do Estado às populações e assegurar maior participação dos cidadãos na realização dos interesses locais (MOÇAMBIQUE, 2003).

O perímetro irrigado de Chókwé no atual contexto da política de irrigação em Moçambique

Atinente à trajetória das políticas públicas de irrigação, principalmente quando se busca como base, os anos 2000 e 2013, últimos períodos em que o perímetro irrigado de Chókwé foi severamente assolado por inundações que contribuíram para entre outras problemáticas, a deterioração de quase todas as infraestruturas de irrigação naquela região, pode se afirmar que estas, apontam para um avanço significativo que se materializa pela ampliação e reabilitação das infraestruturas de irrigação, desde as barragens que controlam o acesso a água nos canais secundários que por sua vez, estes alimentam as caleiras de irrigação dentro das propriedades. Os referidos avanços são apontados de acordo com os dados fornecidos pelo HICEP (2020), apresentados na tabela abaixo, ao estimarem que 82% do total da área concebida para irrigação encontram-se atualmente (re) equipada e em funcionamento, sendo que destes, 90% correspondente a 21.800 hectares, é maioritariamente regada através do sistema de gravidade e os restantes 10% (1700 há) usam regas com auxílio de bombas, estas últimas, por serem áreas elevadas em relação ao canal de adução da água, o que dificulta o processo de distribuição da água nos canas para que a rega fosse realizada por gravidade. Importa realçar que o perímetro irrigado corresponde a 12% do total da extensão do Distrito de Chokwé.

Tabela 1: Estado atual do perímetro irrigado do Chókwé

| Perímetro irrigado | Irrigação em funcionamento | (%) | Ocupada, com o sistema de irrigação degradado. | Ociosa |
|---------------------------|-----------------------------------|------------|---|---------------|
| Área (Há) | Área (Há) | | Área (Há) | Área (Há) |
| 28.600 | 23.500 | 82.2 | 5.100 | --- |

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos dados de HICEP (2020).

Contudo, apesar dessa aparente rápida intervenção da política estatal de irrigação, na reabilitação das infraestruturas de irrigação, os desafios referentes ao provisionamento adequado dessas infraestruturas e/ou sistemas de irrigação, são ainda enormes para o enfrentamento dos reais problemas que assolam o perímetro irrigado de Chókwé. Por um lado, contrapondo os dados fornecidos pelo HICEP com as observações empíricas, nota-se que as áreas desprovidas de infraestruturas estão acima dos registos fornecidos por estes, circundando tal situação entre as áreas propriamente

degradadas e as consideradas em funcionamento. Por outro lado, as próprias áreas consideradas reabilitadas e em funcionamento, padecem não só de deficiências dos sistemas de “adufas”⁶ que permitem o regulamento e controle da saída de água do canal terciário - caleiras para as propriedades como também de problemas de assoreamento dos diques – canais secundários que alimentam as caleiras de irrigação.

Ademais, estas observações corroboram com os depoimentos fornecidos pela categoria estudada, pois, ao serem questionados se tem recebido com frequência os técnicos do HICEP nas suas propriedades para realizarem a manutenção das caleiras de irrigação, 83% do total dos agricultores visitados, afirmou saber da sua existência, mas, a mais de 10 anos que nunca lhes viram em suas propriedades, 15% afirmaram já terem recebido visitas apenas para verificar o grau das condições das infraestruturas, sendo que apenas 2% afirmaram já terem se beneficiado de alguma manutenção. As fotos abaixo evidenciam a profundidade dos problemas relativos à degradação das infraestruturas de irrigação que ainda afloram o perímetro irrigado de Chókhwé.

Fotos 1: Níveis de degradação das infraestruturas de irrigação: A e B (Caleiras – canais terciários degradados); C e D (Caleiras degradados e sem acesso a água).



Fonte: Autores (2020).

⁶ Modelo de comportas metálicas que permitem o controle das vazões de água entre os canais terciários de irrigação e os sulcos de irrigação por gravidade nas propriedades.

Embora conceitualmente, a irrigação por gravidade seja considerada uma tecnologia de rega de baixo custo e de fácil manejo (KLAR, 2001), os problemas observados em áreas de atuação dos pequenos produtores comerciantes, quais são: a inoperância das caleiras de irrigação dentro das propriedades devido a ausência de manutenção, a inundação nas propriedades devido a deficiência dos sistemas que permitem regular a aplicação e distribuição da água pelos sulcos, revela sobremaneira, que este tipo de tecnologia não se ajusta às capacidades e à situação prática das pequenas famílias produtoras que trabalham nestas áreas.

Sobre esta constatação, cumpre clarificar que quando nos referimos o não ajuste destes sistemas de rega para estas famílias, não implica necessariamente que eles não valem para essa categoria de agricultores, mas sim, que não foram e nem no presente estão sendo combinados com outras medidas de políticas suficientemente importantes e que lhes proporcionem a autonomia produtiva por forma a que por si próprios assegurem não só a manutenção das suas infraestruturas nas propriedades como também o melhoramento das mesmas. Como muito bem destaca o manual de Guia Setorial de Rega da FAO (2011. p.17), quando se pensa na “seleção de uma tecnologia de rega, é necessário que ela tenha em conta todos os requisitos de funcionamento e manutenção, com o fim de assegurar que tal tecnologia coincida com a capacidade operacional e as condições físicas dos utilizadores, tanto homens como mulheres”.

Vale fazer um parêntese para lembrar que, a problemática da relação entre a tecnologia de rega e a capacidade operacional dos pequenos produtores na área de estudo, é de natureza histórica e se perpetua até os dias de hoje. Pois, quando o projeto de construção do perímetro irrigado de Chókwe foi concebido pelo governo colonial português na década de 50, tinha como um dos principais pressupostos, assentar as famílias agricultoras vindas de Portugal e que já possuíam alguma experiência nos cultivos irrigados. No entanto, com a independência Nacional em 1975, que permeou a reabertura do espaço para a retomada de posse e controle total da terra por parte do Estado moçambicano, os pacotes de políticas públicas implantadas para o sector agrário a partir deste período, cuja tonalidade era a modernização da agricultura ou a transformação da agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções de produção, distribuição e processamento, como é atualmente politizado nos programas do setor agrário, avançaram no espaço produtivo verticalizando o

conhecimento e tecnologias a semelhança dos pacotes da revolução verde, ou seja, ignorando o que no pensamento Freireano (1988) considera-se horizontalidades de saberes – a consulta, o diálogo, a valorização dos saberes tradicionais.

Em torno disso, resultados de diversos estudos têm vindo a mostrar que, esta visão pautada no “*intervencionismo*” levando os produtores a agir em concordância à política agrícola traçada, dando menos importância os seus saberes que muitas vezes se encontram melhores adaptados aos seus contextos, vem sendo perpetuada até nos dias de hoje no espaço agrário moçambicano, inclusive até através da própria política de extensão agrícola, que ao menos deveria ser o maior elo com os produtores, ajudando lhes a aumentar a produtividade da sua agricultura e, sobretudo gerar e fortalecer sua autonomia e capacidade de iniciativa, têm operado com metodologias (Treinamento e Visita – T&V) que se distanciam da realidade do agricultor, por isso, suas ações não introduzem transformações que modifiquem as condições dos produtores (MUCAVELE, 2002; MUBAI, 2014; SITÔE, 2015; VALA, 2002).

De acordo com as observações empíricas, dados fornecidos pelo HICEP e depoimentos da totalidade (100%) dos produtores irrigantes entrevistados, juntam-se às problemáticas a cima expostas, atestadas como grandes obstáculos para os pequenos produtores levarem a cabo o processo de produção das culturas via irrigação: (i) as irregularidades na distribuição de água devido às infraestruturas de regulação que se encontram obsoletas principalmente nas estruturas metálicas, uma vez que data de 2000 a sua reabilitação de raiz; (ii) A distância entre as fontes de captação da água e as propriedades, afetando particularmente aos produtores que usam regas com auxílio de motobombas, por estarem assentados em áreas elevadas em relação ao canal de adução de água; (iii) a deficiência de limpeza nos canais de rega, resultando no mau fornecimento de água e (iv) pouca ou ausência de manutenção da vala V, uma das principais linhas de drenagem de água excedente dos campos agrícolas, implicando na fraca drenagem de cerca de 19.428 hectares. Sobre estas constatações alguns agricultores declararam o seguinte:

“...Nós camponeses do regadio estamos a passar mal para fazer crescer nossas culturas, às vezes quando o canal baixa a água não chega nas nossas machambas⁷ ou chega com dificuldades e quando acontecem essas coisas só ficamos a assistir aqueles agricultores que tem machambas grandes, que tem

⁷ O termo “Machamba” refere-se a uma propriedade agrícola, seja ela, pequena, media ou grande.

dinheiro, que conseguiram comprar motobombas para puxarem a água até nas machambas deles, nós outros tentamos usar baldes e tambores para trazer água até nas nossas machambas, mas, não conseguimos regar bem toda machamba porque a água fica longe e não temos forças para cartar muita água” (Depoimentos de 11 agricultoras e 7 agricultores, com idades compreendidas entre os 42 a 62 anos)⁸.

Diante destes depoimentos, vale observar que Chókwe é um Distrito centrado numa região semiárida, com um regime climático e hidrológico controverso, caracterizado periodicamente por cheias e com muita frequência, por secas prolongadas, uma situação socioeconómica complexa e heterogénea. Segundo os dados sistematizados no ATLAS OF OUR CHANGING ENVIRONMENT⁹, o histórico das severas secas ficou registado nos períodos entre 1967 - 1973; 1980; 1981 - 1983; 1983 - 1984; 1994 - 1995; 2002 - 2003; 2005; 2015 - 2016 e conforme a mesma fonte, apenas duas em cada cinco safras agrícolas esta região consegue produzir safras razoáveis, devido à problemática de secas.

Contudo, apesar disso, os problemas da semiaridez, as irregularidades hídricas e, sobretudo as distâncias das fontes de captação da água para os produtores desprovidos levarem a cabo o processo produtivo via irrigação, na prática, ainda não são tratados como prioridades, mesmo que teoricamente salientados nas políticas de irrigação. Considerando esta situação, somada a percepção entendida por Teixeira (2002), segundo a qual, “as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis, como também ampliar e efetivar os direitos da cidadania, também gestados nas lutas sociais”, é imprescindível e pontual o reajustamento da política pública de irrigação no Distrito, dar-lhe uma nova visão, uma nova vida, que leve em conta o contexto e/ou as características da região como também a capacidade produtiva desse seguimento de produtores, promovendo lhes tecnologias sociais a custos baixos, como cisternas para a reserva de água em tempos de abundância incluindo o sistema de captação da água da chuva, poços, barraginhas, entre outras, as quais nenhum dos 100% dos pequenos agricultores visitados possui.

⁸ A análise da estrutura etária dos principais produtores do perímetro irrigado mostra que 82,3% são do sexo feminino e 18,7% do sexo masculino e com idades compreendidas entre 38 a 65 anos e 45 a 52 anos respectivamente. Esses dados reforçam o que tem vindo a ser evidenciado em diversas pesquisas empíricas e pelos Trabalhos do Inquérito Agrícola (TIA), que a produção agrícola em Moçambique é uma atividade basicamente desenvolvida pelas mulheres e em idades elevadas.

⁹ <https://www.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=22287abd11ce4afd82fb4bfecbf11885>

Pode-se notar a presença de uma dicotomia marcada entre a tonalidade da própria política de irrigação, que é de assegurar a transformação da agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada e o próprio plano prático que não responde aos objetivos pelos quais estas políticas foram traçadas. Com isto, torna-se perceptível o surgimento silencioso de uma nova política pública que não é política, ou seja, uma política implícita que se materializa pela ausência do poder público – da política pública na provisão de meios de produção como na provisão igualitária entre os diferentes seguimentos de produtores, o que no nosso entendimento essa forma de implantar políticas no meio rural, concorre para salvaguardar os interesses dos produtores providos dos recursos para a produção - os médios e grandes produtores em detrimento da categoria de pequenos produtores.

A pesquisa também buscou conforme se apresenta na tabela 2 abaixo, resgatar as contradições inerentes à distribuição fundiária das áreas irrigadas por categoria de agricultores, para visibilizar os níveis da evolução e/ ou abrangência da política de irrigação no que se refere à inclusão do seguimento dos pequenos agricultores, já que estes, nos anteriores modelos de desenvolvimento e /ou socialização do meio rural foram marginalizados, ou seja, expropriados das suas bases de reprodução e/ou impedidos de ocuparem as melhores terras – as áreas irrigadas.

Tabela 2: Distribuição fundiária de áreas irrigadas em funcionamento por categorias de produtores

| Classe | Nº de Utentes | | Área (Ha) | | Área média (Ha) |
|-------------|---------------|------------|---------------|------------|-----------------|
| | Nº Produtores | (%) | (Ha) | (%) | |
| ≥ 5 ha | 11.102 | 93 | 9.928 | 42 | 0.90 |
| + 5 a 16 ha | 854 | 7 | 7.929 | 34 | 9.3 |
| 40 a 500 ha | 13 | 0 | 1.033 | 4 | 79.5 |
| < 500 ha | 3 | 0 | 4.610 | 20 | 1537 |
| | 11.972 | 100 | 23.500 | 100 | 1.96 |

Fonte: Adaptado pelos autores com base nos dados do HICEP (2020).

Conforme os dados fornecidos pelo HICEP, entidade que para além de gerenciamento das infraestruturas de irrigação incluindo as estradas agrícolas do perímetro, é também responsável por outras medidas de gestão como o cadastramento dos seguimentos de produtores presentes no perímetro, terraplanagem e atribuição de terra para novos produtores, como também pela gestão do crédito agrícola, pode se afirmar que o discurso marcado pela inclusão dos pequenos produtores no acesso às

terras irrigadas, propalado e representado em diversos itens da política de irrigação como nos diversos instrumentos e estratégias que sistematizam a própria política de irrigação, corrobora com o plano prático, pois, quando considerado o total dos 11.972 usuários das áreas fundiárias do perímetro irrigado, atualmente em exploração, percebe-se que o grosso (11.102) correspondente a 93% são os que se enquadram na categoria de pequenos produtores comerciantes integrados ou ao menos com acesso a alguma parcela de terra irrigada, sendo que os restantes 7% correspondem aos utentes categorizados como médios e grandes agricultores.

Contudo, apesar do aparente número elevado do seguimento dos pequenos produtores, outrora marginalizados e que hoje foram integrados nas áreas irrigadas, na prática, a marginalização desses produtores prevalece e, cada vez mais fortificada, não propriamente pela exclusão total de alguma parcela de terra, mas sim, pela ausência de mecanismos que garantam a manutenção ou o aumento do tamanho médio dos seus estabelecimentos agrícolas. Pode-se ler na tabela 2, que em termos do tamanho médio da área por hectares, o perímetro irrigado é maioritariamente ocupado pelos médios e grandes agricultores, com 58% do total da área agricultável, variando suas áreas médias entre 9.3, 79.5 e 1537, contra os 42% ocupados pelos pequenos produtores comerciantes, com o tamanho médio da área por hectare igual a 0.90.

Paralelamente a esta nova dinâmica da organização dos espaços irrigados do perímetro irrigado de chókwe, quando relacionada com os dados históricos sistematizados pelo antigo Gabinete de Direção e Coordenação das Empresas Agrárias do Chokwé (GDCEAC) e HICEP, pode se perceber conforme apresentamos na tabela 3 abaixo, uma tendência que aponta para uma dinâmica que se caracteriza na formação de médios e grandes propriedades e como de praxe, a marginalização, a precarização dos pequenos produtores, pois, quando se analisa a evolução da organização fundiária entre os anos 1985, 1986 e 2020, pode se observar uma regressão do número de usuários categorizados como pequenos produtores, como também a perda de parcelas da terra a favor dos médios e grandes produtores.

Tabela 3: Evolução da estrutura fundiária do perímetro irrigado de Chókwe

| Categoria | 1985 | | 1986 | | 2020 | |
|-----------------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|
| | Utentes | Área (Há) | Utentes | Área (Há) | Utentes | Área (Há) |
| Pequenos | 12000 | 9000 | 14371 | 12950 | 11. 102 | 9928 |
| Grande e médios | 300 | 250 | ----- | 4600 | 870 | 13572 |

Fonte: GDCEAC (1986) et HICEP (2020).

Como já abordado em parágrafos anteriores, a terra em Moçambique segundo o Artigo 1 da Lei de Terras 19/79 de 01 de Outubro, ela não pode ser vendida, ademais, o Estado não reconhece a propriedade privada, ainda que de maneira mais ou menos generalizada exista, envolvendo nas transações diferentes atores a diferentes níveis da hierarquia social, inclusive entre as elites que integram os sistemas do poder. Diante disso e somado aos levantamentos testemunhados com base em conversas informais junto às diferentes categorias de produtores que operam no perímetro irrigado, as dificuldades de garantia de autonomia produtiva por parte dos pequenos produtores, como resultado de incongruências no direcionamento da política nacional de irrigação, são apontados como principais fatores de perda da terra ou mesmo da redução das parcelas dos pequenos produtores comerciantes, introduzindo assim uma nova dinâmica da estrutura fundiária do perímetro irrigado de Chókwe, que se caracteriza pela expansão dos médios e grandes produtores. Tal percepção pode-se ler nos seguintes depoimentos:

(...) Muitos de nós camponeses daqui tínhamos machambas grandes com mais de 5 hectares, não era muito, mas com o pouco que o governo nos ajudava naquela altura, capinávamos nossas machambas e conseguíamos produzir e vender para alimentarmos nossos filhos e comprar uniforme da escola para eles, mas hoje essa ajuda já não está a vir, você pode andar perguntar outros camponeses daqui, estamos a cortar nossas machambas e entregar os que conseguem ainda capinar. Ainda temos força para trabalharmos nas nossas machambas, mas como vamos fazer, se sementes estão caras, às vezes falta água para regar as culturas, às vezes semeamos e tudo é levado pela água, quando conseguimos produzir vendemos nas machambas a preços que os compradores (atravessadores) com carros querem porque não temos condições de levar para o mercado e se não vendermos os produtos vão apodrecer. Por isso muitos de nós que estamos aqui cortamos as nossas machambas e vendemos ou alugamos para aqueles agricultores que têm dinheiro e mesmo assim, para conseguirmos alimentar os nossos filhos, voltamos a trabalhar sazonalmente nas machambas deles e nos pagam (Depoimento de 6 agricultoras e 2 agricultores com idades entre 39 a 65 anos).

A profundidade das narrativas aqui apresentadas demonstra que esta categoria de produtores, implora por políticas públicas apropriadas e que sirvam de via para a sua fixação no campo, pois, embora reconhecida a sua presença e contributo na dinâmica agrícola moçambicana, na prática, não constituem prioridade da política estatal de irrigação em vigor no País. Essa desorientação da política tem resultado em um cenário em que a soberania alimentar e quantitativa ou nutricional dessas famílias, seja alcançada através de muita luta e, resistência à expressão dos médios e grandes produtores providos do capital. Constatamos que, esta categoria de produtores, para

além de desprovidos dos meios de produção para se reproduzirem e alcançarem autonomia produtiva em suas propriedades incluindo a própria manutenção dos sistemas de rega, está vivenciando uma nova lógica de organização do espaço agrário no perímetro irrigado de Chókwé, um cenário de mudança coerciva das suas habituais formas de garantia dos meios de subsistências, em que se sentem obrigados a venderem a sua própria força de trabalho, uma situação que de acordo com diversas literaturas, lhes torna em mercadoria (MARTINS, 1981), pois, transformam-se em assalariados, cujo trabalho, é exercido em propriedades que antes lhes pertenciam e que foram apropriados pelos médios e grandes agricultores através da venda ou aluguel. Este cenário traduz a percepção de que estes produtores têm ainda força e gosto pela atividade agrícola, no entanto, as incongruências no direcionamento da política de irrigação, transcendem as capacidades que eles possuem para continuarem a trabalhar com a terra.

Portanto, estes apontamentos e /ou ilações, também corroboram com os resultados encontrados sobre outras políticas indispensáveis para o sucesso de uma política de irrigação, como o acesso ao crédito agrícola e assistência técnica, conforme apresentamos na tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Agricultores que utilizam o crédito agrícola e se beneficiam da assistência técnica no processo de irrigação

| Acesso ao crédito agrícola | | | Acesso à assistência técnica | | |
|----------------------------|-----------|------------|------------------------------|-----------|------------|
| | Respostas | (%) | | Respostas | (%) |
| Sim | 3 | 3.1 | Sim | 75 | 77 |
| Não | 95 | 96.9 | Não | 23 | 23 |
| Total | 98 | 100 | Total | 98 | 100 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Como apresentado na tabela 4, o estudo nos mostra as dificuldades que esta categoria de produtores tem para acessar o crédito para investir nos seus sistemas de cultivos irrigados. A principal barreira que também corrobora com estudos realizados por Sitõe (2010) sobre a diversificação produtiva em Maputo, Mubai (2014), sobre a Extensão Agrícola em Boane, Valá (2002) sobre associativismo agrícola e desenvolvimento local no Chókwé, está na capacidade das agências bancárias de avaliarem a rentabilidade dos sistemas de cultivos irrigados de pequenos agricultores, somado ao fato de tais agências, exigirem garantias para a liberação de linhas de crédito

agrícola, o que quase a totalidade desses agricultores dada a sua situação paupérrima não possuem. Ademais, embora exista um fundo Nacional de desenvolvimento agrícola, para além de os seus mecanismos de acesso não serem claros e acessíveis para os pequenos produtores, “a preponderância dessas linhas de crédito no País, desde o período pós-independência, sempre estimulou a consolidação preferencial dos estabelecimentos médios e, especialmente grandes, mesmo que o pequeno agricultor seja repetidamente citado como o potencial produtor no País” (MOSCA, 2006).

Dessa forma, dos dados levantados, apenas 3% dos agricultores entrevistados afirmaram terem já conseguido crédito para investirem na produção, o que mostra a ausência de uma política estatal voltada para estes produtores ou ao menos políticas que lhes facilitassem o acesso às agências bancárias e com um reajustamento dos juros acessíveis às suas capacidades. Em se tratando da intervenção estatal, o grosso dos agricultores afirmou apenas ter recebido algum apoio financeiro no ano 2013 para relançar a produção que foi devastada devido às fortes inundações que se fizeram sentir neste período.

Em relação à assistência técnica, outra política indispensável para o sucesso de uma política de irrigação, os resultados apontam para uma significativa abrangência, 77% do total dos produtores entrevistados, ilustrando um avanço da política de irrigação na preocupação pelo melhoramento da capacidade produtiva das famílias agricultoras presentes no perímetro. Ainda assim, as conversas informais juntos aos produtores em relação aos reais serviços prestados, apontam que as atividades dos extensionistas em suas parcelas se cingem nas alertas sobre as épocas de lançamento de culturas, ciclo de maturação e colheita das mesmas, divulgação de existência de sementes melhoradas, difusão de novas tecnologias existentes no mercado, o que no nosso entendimento, estas atividades embora importantes, são ainda incipientes considerando as exigências da agricultura irrigada.

Atendendo que quase a totalidade dos pequenos agricultores que operam no perímetro irrigado, não tem instrução e/ou conhecimento científico para atender efetivamente a delicadeza da agricultura irrigada, como demandas hídricas diferenciadas por cultura, cuidados para evitar desperdícios da água e impactos ambientais em diversos compartimentos (solo, fontes de captação e sistemas vivos), é necessário que o serviço de extensão mude de figura e se fortifique, de modo que também incluam em

seu planejamento e execução essas outras atividades que são indispensáveis para garantir o sucesso desta categoria de produtores.

Considerações finais

Os desdobramentos que se fazem neste trabalho, permitiram aprender sobre a trajetória da Política Nacional de Irrigação (PNH) moçambicana, comumente designada Estratégia Nacional de Irrigação (ENI), identificando suas procedências e prioridades desde a independência em 1975 até a formulação em 1995 da atual política em vigor e como no presente, os objetivos dela e ações se materializam no espaço agrário do perímetro irrigado de Chókwe. Os dados arrolados e as discussões suscitadas oferecem a possibilidade de reafirmação dos pressupostos apresentados no corpo teórico, acerca da priorização no direcionamento das suas ações, para os três segmentos sociais de agricultores presentes na área de estudo.

A criação de uma nova política estatal de irrigação em 1995 trouxe nessa altura para além de expectativas, diversos avanços no espaço agrário do perímetro irrigado de chókwe, quais são: acesso à terra por parte dos pequenos produtores anteriormente marginalizados, promoção de políticas específica para este seguimento social e melhorias da soberania alimentar. No entanto, mesmo com esses avanços, diversas questões constatadas impendem o desenvolvimento agrícola dos pequenos produtores que exploram o perímetro irrigado em detrimento dos produtores providos de capital os médios e grandes também presentes. Dentre as principais constatações que concorrem para esses impedimentos, pode se destacar: Despreparo da política para responder a situação do regime climático controverso que se apresenta na área do estudo, por isso o estado degradado das infraestruturas de irrigação, desarticulação e ausência de complementariedade entre a política de irrigação e as que a acompanham, resultando na quebra de autonomia dos pequenos produtores não só na manutenção da produção e dos seus sistemas de irrigação, mas também na manutenção da posse de terra, que as perdem pela venda ou aluguel; No campo prático, as ações da política implementadas são particularmente de caráter mitigadora, dos efeitos climáticos, não se traduzindo em resultados que modifiquem a situação de extrema pobreza vivenciada por esta categoria de produtores.

Existem para além de planeamento, uma percepção teórica muito bem estruturada e fundamentada na política estatal de irrigação e nos diferentes programas, planos e instrumentos de ação que o acompanham, de que o sucesso da atividade de rega depende em larga escala do acesso aos recursos indispensáveis para a prática de agricultura de rega, como a terra, água, a manutenção e melhoramento dos próprios sistemas de rega, os mercados, aos conhecimentos, aos capitais entre outros, as quais, o seguimento dos pequenos produtores dado ao seu contributo na economia e na manutenção da identidade agrária moçambicana, é repetidamente apontado como prioridade no acesso a eles, no entanto, na prática, a implementação dessas percepções teóricas é diluída por uma visão abrangente da política. Diante disso, é necessária uma reestruturação da política estatal de irrigação, dando-lhe novos caminhos e diretrizes no plano prático, dando sempre primazia aos pequenos produtores como sendo os maiores protagonistas da agricultura moçambicana, por forma a que se fortaleçam e dinamizem as suas formas de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. **Moçambique em transição: Um estudo de história de desenvolvimento durante o período 1974-1992**. Maputo; editora Paulinas; Centro de Estudos Estratégicos Internacionais, 1994. 359 p.

COELHO, E. F. *et al.* **Sistemas e manejo de irrigação de baixo custo para agricultura familiar**. Cruz das Almas, BA: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2014.

COVANE, L. A.; **O trabalho migratório e agricultura no Sul de Moçambique (1920 – 1922)**. Maputo: Promédia, 2001, 306 p.

COUTINHO, C. P. (2006). **Aspectos metodológicos da investigação em tecnologia educativa em Portugal (1985-2000)**. Acesso em 27/Dez/2020. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6497/1/Clara%20Coutinho%20AFIRSE%202006.pdf>

ENGRH. **Estratégia Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos**. Maputo. 21. Agosto 2007.

FAO. **Guia do sector de Irrigação. Programa de Análise socioeconómica e de Género (ASEG)**. 2001.

_____. **Drought impact mitigation and prevention in the Limpopo River Basin: A Situation Analysis**. Land and Water Discussion Paper Vol.4. Food and Agriculture Organisation of the United Nations, Rome, Italy. 160 pp. 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HERMELE, K.; **Lutas contemporâneas pela terra no vale do Limpopo: Estudo de caso de chokwé, Moçambique**, 1950 – 1985. Maputo: Universidade de Uppsala – Suécia, 1986, 23 p.

HICEP. **Reportagem Fotográfica Da Situação Do Regadio, Dimensões Das Necessidades De Manutenção E Recursos Necessários**. Chókwè. Junho. 2020
KLA. A. E. **Métodos de irrigação**. In URCHEI. M. A.; FIETZ. C. R. **Princípios de Agricultura Irrigada: Caracterização e Potencialidades em Mato Grosso do Sul**. Embrapa Agropecuária Oeste. 1ª ed. Dourados, MS. 2001.

MATINE, M. H. **A integração de famílias autóctones no colonato do Limpopo em Moçambique**, 1959 -1977. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, 2015.

MARCEL M.; LAURENCE. R. **Histórias das agriculturas no Mundo. Do Neolítico à crise contemporânea**. Trad. De. Cláudia F.; Falluh. B. F. Editora UNESP. 2029.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
MOÇAMBIQUE. Lei nº8/2003 de 19 de maio de 2003. **Princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de província, distrito, posto administrativo e de localidade**. Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo, Série I, n. 20, 1º Suplemento, 19 maio 2003.

MOSCA, J. DOCUMENTO DE TRABALHO Nº 3: **A Evolução da Agricultura Moçambicana no período Pós-independência**. Publicado no âmbito das atividades do Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural, financiado pela FCT e pelo programa PRAXIS XXI. Abril, 1996. 51 P

_____. **Contribuição para o estudo do setor agrário de chokwé**. Maputo, 1988. 76 p.

MUCAVELE, C.: **Serviços Públicos de Extensão de Moçambique**. Maputo: **Direção Nacional de Extensão Rural** – MADER, Maputo. 1987-2002: 15 anos.

MUBAI. B. A.; LIMA. M.das. G.: **A Extensão Agrícola Pública E O Apoio Ao Desenvolvimento Da Pequena Agricultura Familiar Do Distrito De Boane-Moçambique**. Campo Território, Uberlândia, v. 9, n. 19, p. 337-362, out., 2014.

NEGRÃO, José. **“Samora e Desenvolvimento”**. Em Samora. Homem do Povo. Maputo: Editor António Sopa. Manguezo Editores, pp. 51-61, 2001.

(PNI). Programa Nacional de Irrigação. **A Importância Das Infraestruturas Na Perspectiva De Desenvolvimento Integrado E O Potencial De Irrigação Para O Investimento Público - Privado No Contexto Das Bacias Prioritárias Do PNI.** Maputo. 2017.

SAQUET. M.A.: **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SITÕE, T. A. **Diversificação produtiva e de atividades de geração de renda: uma análise da produção hortícola no cinturão verde da cidade de maputo- Região Sul de Moçambique.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. **Agricultura Familiar em Moçambique.** Estratégias de desenvolvimento de desenvolvimento sustentável. Maputo. Junho de 2005. Acesso em 02. Dez. 2020. Disponível em: https://sarpn.org/documents/d0001749/Agricultura_Mocambique_June_2005.pdf .

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**, ©2002 AATR-BA. Acesso em 02. Dez. 2020. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf

(TIA) Trabalho do Inquérito Agrícola. Relatório Preliminar. MINAG. 2018

VALÁ, S. C.; **A problemática da posse terra na região agrária de chokwé (1954 - 1995).** Maputo: Promédia, 2003, 196 p.

| |
|--|
| Recebido em 01/03/2022. Aceito para publicação em 27/05/2022. |
|--|